

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

O Lugar da Sociologia na Reconstrução Democrática: a construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal

Lethícia Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13292>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

O Lugar da Sociologia na Reconstrução Democrática: a construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal

AUTOR/A 1, Lethícia Sthefany Ferreira de Oliveira.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9029-0088>.

[<lethicia.stheffany@gmail.com>](mailto:lethicia.stheffany@gmail.com)

Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco (PE), Brasil.

RESUMO: O trabalho aqui apresentado reflete sobre a minha participação, na qualidade de socióloga, na equipe multidisciplinar que acompanhou a realização das plenárias regionais e na plenária nacional, partes da construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal. Realizadas entre outubro de 2024 e setembro de 2025, as plenárias reuniram diferentes comunidades pesqueiras artesanais para debater seus problemas e propor soluções. O Plano representa uma ação de extrema importância após anos de descaso público com o setor e marca um avanço na construção de políticas públicas no país, dado o caráter coletivo, aberto e inclusivo das discussões. Durante as plenárias, destacou-se a intensa participação e articulação dos povos pesqueiros tradicionais, que como protagonistas do processo democrático tiveram poder de guiar e votar seus interesses, estando a academia ao seu lado prestando suporte. Desta maneira, este artigo tem como objetivo refletir sobre o meu trabalho sociológico nesse contexto, apresentando os limites e possibilidades enquanto cientista social. O ponto de partida para discussão é a *sociologia pública* de Michel Burawoy (2005), que propõe uma sociologia a serviço da comunidade.

Palavras-chave: sociologia pública, pesca artesanal, plano nacional da pesca artesanal, políticas públicas, observação participante.

Sociology's Role in Democratic Reconstruction: the creation of the National Plan for Artisanal Fishing

ABSTRACT: The work presented here reflects on my participation, as a sociologist, in the multidisciplinary team that accompanied the regional plenaries and the national plenary, which formed part of the construction of the National Plan for Artisanal Fisheries. Held between October 2024 and September 2025, the plenaries brought together different artisanal fishing communities to discuss their problems and propose solutions. The Plan represents an action of great significance after years of public neglect of the sector and marks progress in the development of public policies in the country, given the collective, open, and inclusive nature of the discussions. During the plenaries, the active participation and strong articulation of traditional fishing peoples stood out. As protagonists of the democratic process, they had the power to guide and vote on their interests, with academia standing alongside them in a supportive role. In this way, this article aims to reflect on my sociological work in this context, highlighting both the limits and possibilities of my role as a social scientist. The starting point for this discussion is Michel Burawoy's concept of public sociology (2005), which proposes a sociology in the service of the community.

Keywords: public sociology, artisanal fishing, national plan for artisanal fishing, public policies, participant observation.

INTRODUÇÃO

Tanto a Sociologia quanto a Pesca Artesanal encontram-se ameaçadas pelo avanço de ideias neoliberais no país, que deslegitimam os investimentos em pesquisas sociais e tratam as comunidades tradicionais como entraves a um suposto progresso econômico. Um marco no estabelecimento e consolidação dessa agenda no Brasil foi o golpe de Estado de 2016, que culminou com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Os dois eventos demonstram a instabilidade da época: as discussões em torno do Novo Ensino Médio, cuja premissa era a redução da carga horária da disciplina de Sociologia e a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Os ataques vivenciados pela Sociologia e a Pesca Artesanal demonstram que as áreas possuem mais em comum do que pode parecer à primeira vista. Ambas compartilham a defesa dos costumes, saberes ancestrais e práticas tradicionais. Neste sentido, a articulação entre estas tem muito a contribuir para a defesa dos seus direitos e a ampliação dos seus conhecimentos.

A Sociologia cumpre um papel essencial de tornar visível o que muitas vezes permanece invisível e de validar os saberes das comunidades em diálogo com diferentes atores sociais, conforme discutido por Burawoy (2006) em sua concepção de sociologia pública orgânica. Essa perspectiva de sociologia pública orgânica se manifesta concretamente no Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNP Art.), ao engajar pesquisadores e pescadores artesanais em um processo participativo, colaborativo e dialógico.

É nesse contexto que se insere o projeto de construção coletiva do Plano Nacional da Pesca Artesanal, que deu vez à possibilidade de aproximação entre a academia e os povos da pesca artesanal. A elaboração simboliza a força de luta dessas comunidades e o compromisso da nova presidência na defesa da ciência e das comunidades pesqueiras artesanais. Para tanto, foi firmado um contrato técnico com a Universidade Federal de Pernambuco, tornando-a responsável pela organização e condução das plenárias que integram o PNP Art. Feito isso, o próximo passo foi à escolha de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais do direito, da geografia, da biologia, da educação e da sociologia.

Ainda que o plano não tenha sido finalizado e sancionado, a engenhosidade envolvida na sua construção merece atenção. Os participantes selecionados tiveram a oportunidade de sair das suas residências, viajar até as capitais onde os eventos ocorreram e participar de todas as discussões, totalmente custeados pelo governo federal. Para além do financiamento, isto foi possível graças ao

trabalho realizado pela equipe de profissionais contratada, que atuou em diferentes frentes e colocou à disposição dos participantes seus conhecimentos e saberes técnicos científicos.

Frente a esse grande esforço, este trabalho tem por objetivo refletir sobre o trabalho técnico sociológico empreendido, a fim de elucidar os seus limites e possibilidades para a elaboração do Plano. Para tanto, como suporte metodológico, foram utilizadas as técnicas de observação participante e análise de conteúdo dos relatórios de atividade produzidos durante as plenárias. Espera-se com esse trabalho contribuir para ampliação e consolidação da sociologia como parceira na construção de políticas públicas e na reconstrução da democracia brasileira.

Reitera-se a importância das reflexões trazidas neste trabalho tendo em vista a reorientação na produção de políticas públicas propostas pelo Governo Lula, isto é, pensar as políticas públicas como plurais, coletivas, abertas e inclusivas. Neste processo, fazem-se necessárias constantes reavaliações do trabalho desempenhado pelas universidades e institutos federais, grandes articuladores dessas demandas.

1. TREINAMENTO A BORDO: MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS

Com o objetivo de trazer mais lucidez sobre as plenárias regionais, bem como o trabalho desenvolvido nelas, os métodos e as técnicas utilizadas foram divididos em dois subtópicos. O primeiro descreve a metodologia proposta pelo projeto do Plano Nacional da Pesca Artesanal, enquanto o segundo explica os métodos e técnicas utilizados na elaboração deste artigo.

1.1 Procedimentos metodológicos – Plano Nacional da Pesca Artesanal

Para a construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal foi previsto a realização de discussões com as comunidades pesqueiras artesanais a partir de três possibilidades: as plenárias regionais, financiadas pelo governo federal e organizadas pela equipe técnica da Universidade Federal de Pernambuco; Plenárias Livres – encontros inscritos e autogerenciados pelas próprias comunidades e através da plataforma Brasil Participativo. A minha participação se deu durante as plenárias regionais e na plenária nacional.

Foram realizadas Plenárias Regionais em todas as regiões do Brasil. Ao todo, ocorreram sete encontros: um na região Sudeste (Vitória – ES), um no Centro-Oeste (Cuiabá – MS), um no Sul (Florianópolis – SC), dois no Nordeste (Fortaleza – CE e Salvador – BA) e dois na região Norte (Manaus – AM e Belém – PA), entre os meses de outubro de 2024 e setembro de 2025. A realização

de plenárias adicionais nas regiões Norte e Nordeste do país foi justificada pelo maior número de pescadores e pescadoras artesanais ativos, identificados a partir de um levantamento dos Registros Geral de Atividade Pesqueira (RGP), realizado pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. O número de participantes em cada plenária também seguiu a distribuição dos RGPs ativos por região, sendo menor no Centro-Oeste, em razão do menor volume de registros na região.¹

As plenárias, bem como o número de participantes, a proporção por Estado, região, gênero e faixa etária, os direitos e deveres durante os encontros, as atividades a serem realizadas, os eixos de discussão e o encaminhamento dos resultados foram regulados pelo Regimento Interno, proposto e aprovado pelo Fórum Nacional da Pesca Artesanal, principal entidade representativa da categoria.

A composição das plenárias incluiu pescadores e pescadoras artesanais, pesquisadores e gestores, todos com direito a voto nas discussões. Observadores e convidados também puderam participar, mas sem direito a voto, garantindo que os debates e proposições fossem conduzidos de acordo com as demandas e necessidades dos atores diretamente envolvidos na atividade pesqueira.

Tabela 1 – Distribuição dos Participantes por Categoria e Região

Região	Participantes			Total
	Pescadores (as)	Pesquisadores (as)	Gestores (as)	
Sudeste	80	10	10	100
Centro-Oeste	40	5	5	50
Sul	80	10	10	100
Nordeste 1	80	10	10	100
Nordeste 2	80	10	10	100
Norte 1	80	10	10	100
Norte 2	80	10	10	100

Fonte: Regimento Interno – Plano Nacional da Pesca Artesanal.

A pesca artesanal é atravessada por diversas vivências, das objetivas as subjetivas. Visando promover as discussões de forma mais organizada, o Fórum decidiu por elencar sete Eixos Temáticos. Eixo 1: Economia da Sociobiodiversidade Pesqueira Artesanal – Produção, Comercialização, Consumo; Eixo 2: Diálogos dos Saberes – Geração de Conhecimento, Assistência Técnica e Extensão

¹ Para a participação nas plenárias regionais foram divulgados períodos de inscrições, nas quais cada uma das categorias poderia candidatar-se. Após o período, a SNPA realizou a seleção, baseado em proporção do número de inscritos por Estado, Idade, Cor, Raça, Etnia e Gênero, como forma de garantir a participação equitativa e com diversidade. A participação dos selecionados foi custeada de forma integral (hotel, transporte e alimentação) pelo governo federal.

Pesqueira, Formação e Comunicação; Eixo 3: Gestão, Ordenamento, Uso Sustentável e Conservação dos Recursos e Territórios Pesqueiros; Eixo 4: Direito aos Territórios e Conflitos Territoriais; Eixo 5: Cultura e Identidade Pesqueira Artesanal; Eixo 6: Saúde, Assistência e Previdência para Comunidades Pesqueiras Artesanais; Eixo 7: Emergência Climática e Pesca Artesanal. Com base nessa divisão dos Eixos Temáticos, foram formados sete grupos de trabalho que, durante o segundo dia de evento, debateram as dificuldades e elaboraram propostas para atender às necessidades dos povos da pesca artesanal.²

As discussões nos Eixos Temáticos foram realizadas conforme a técnica de Grupos Focais, tendo em vista que nesta técnica avalia-se também a capacidade de integração do grupo, objetivo desejado para a construção do plano. Ocorre que as entrevistas em grupo, conforme Bauer e Gaskell os agentes (2008, p. 75), “são mais do que soma das partes: ele se torna uma entidade em si mesma”. A técnica prevê a criação de um espaço que propicie “o desenvolvimento de uma identidade compartilhada, esse sentido de um destino comum presente quando dizemos “nós” (Bauer; Gaskell, 2008, p. 75).

Por fim, em setembro de 2025, ocorreu em Brasília a Plenária Nacional, com uma amostra de delegados e delegadas eleitas pelos participantes ao fim de cada plenária regional – a tabela a seguir detalha o número e a distribuição dos participantes. Seguindo uma lógica um pouco diferente das regionais, a nacional teve como objetivo consolidar e validar as propostas formuladas durante os encontros anteriores. Houve, ainda, espaço de discussão de novas propostas advindas de Plenárias Livres e do Brasil Participativo. Tanto a consolidação das propostas regionais, quanto o debate e votação das novas foram realizadas mediante divisão dos Eixos Temáticos.

Tabela 2 – Número e Distribuição dos Delegados (as) por região

Região	Delegados (as)		Total
	Pescadores (as)	Pesquisadores (as) e Gestores (as)	
Sudeste	16	4	20
Centro-Oeste	8	2	10
Sul	16	4	20
Nordeste 1	16	4	20
Nordeste 2	16	4	20

² A formulação de propostas, conforme o regimento, só poderia ser realizada por participantes com direito à voto. A formulação poderia ser individual, mas a redação final da proposta foi realizada em grupo, que posteriormente votou pela sua aprovação ou reprovação, reforçando o trabalho coletivo, aberto e democrático na formulação do Plano Nacional da Pesca Artesanal.

Norte 1	16	4	20
Norte 2	16	4	20

Fonte: Regimento Interno – Plano Nacional da Pesca Artesanal.

Segundo contrato firmado entre a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal e a Universidade Federal de Pernambuco, é de responsabilidade da equipe técnica multidisciplinar:

1. Realizar as Plenárias Regionais (duas na região Norte, duas na região Nordeste, uma na região Centro-Oeste, uma na região Sudeste e uma na região Sul, conforme o critério da distribuição proporcional do universo das comunidades pesqueiras tradicionais/artesanais pelas grandes regiões do país), incluindo atividades-meio (condições logísticas e organizacionais para a realização dos eventos presenciais) e atividades-fim (o trabalho propriamente dito de condução das atividades de discussão e debate com as representações das comunidades pesqueiras por eixos temáticos, coleta e sistematização dos dados produzidos).
2. Produzir Relatórios Regionais respectivos, os quais serão confeccionados a partir dos dados coletados por ocasião das Plenárias Regionais, bem como da sistematização e análise dos mesmos pela equipe de pesquisadoras/es em parceria com a Secretaria Nacional da Pesca Artesanal (SNPA-MPA).
3. Realizar a Plenária Nacional: a equipe de pesquisadores/as promoverá, juntamente com membros da SNPA e com delegados representantes das Plenárias Regionais e escolhidos por ocasião delas, a revisão final do PNP Art, a ser entregue ao Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura e Presidência da República (FADE-UFPE, 2024, p.2).

As regras descritas especificam a minha contratação para prestação de suporte, e não para promoção das discussões ou geração de pareceres/diagnósticos. O principal interesse era de que as comunidades pesqueiras artesanais pudessem dar encaminhamento aos debates e propor soluções por conta própria, de forma autogerida e coletiva, uma estratégia que reafirma o vínculo da SNPA com essas comunidades ao mesmo tempo que as aproxima entre si.

Todavia, a proximidade com os participantes me proporcionou a chance de realizar uma observação participante, tendo em vista que a troca com eles não aconteceu apenas durante a plenária formal, mas também durante as refeições, nos corredores, nas rodas de conversas à noite, me oferecendo a chance de conhecer seus costumes, valores, éticas, práticas e relações, mas sem tornar-me uma nativa, como preconiza a técnica de observação participante.

1.2 Procedimentos Metodológicos – Métodos e Técnicas Utilizados para Construção deste Artigo

Este artigo tem caráter qualitativo, e está baseado na minha participação, na qualidade de socióloga, na equipe técnica de logística e pesquisa, responsável por planejar e acompanhar as plenárias regionais e a plenária nacional, etapas de construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal.

Durante as plenárias foram realizados trabalhos de suporte aos participantes em diversas atividades durante todo o período. A intensidade do acompanhamento junto aos homens e mulheres

convidados a colaborar com as plenárias possibilitou a realização de uma observação participante – principal técnica de pesquisa mobilizada para a construção do presente artigo. Além dessa, o texto conta, ainda, com a utilização análise documental dos relatórios de pesquisa realizados durante o período de trabalho.

Os relatórios tiveram como objetivo principal a prestação de informações quanto à natureza do trabalho realizado durante os eventos, no entanto, destaca-se que a escrita desses também teve um caráter reflexivo, pois permitiu a avaliação do trabalho desempenhado pela pesquisadora. Por essa razão, esse texto também conta com uma breve análise de documentos.

A pesquisa documental, conforme apontado por Cellard (2012), permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental dos relatórios lança luz sobre a qualidade das observações participantes, especialmente do quão integrada à rotina dos participantes a pesquisadora esteve ao longo das sete plenárias regionais, uma vez que “os documentos constituem fonte rica e estável de dados” (Gil, 2002, p. 45) durante o tempo, permitindo a pesquisadora, passadas as plenárias, perceber em quais dela esteve mais presente nas rotinas dos participantes e em quais estava mais distante das suas rotinas, momentos cruciais para a qualidade das observações participantes.

Para análise dos relatórios foram criadas duas categorias para representar a natureza do trabalho desempenhado, sendo elas: 1) logística e 2) pesquisa. Na primeira categoria foram agrupadas descrições de trabalhos realizados no atendimento e logística dos participantes, como a recepção nos modais de transporte – rodoviárias, aeroportos e terminais marítimos, bem como na recepção dos participantes durante as plenárias – recolhimento de assinaturas, entregas dos kits dos eventos. Acerca dessas atividades, deve-se mencionar que elas surgiram na terceira plenária (Nordeste 1).

Na segunda categoria foram agrupadas descrições de atividades desempenhadas no campo da pesquisa, como o suporte prestado na organização e relatoria dos eixos temáticos. A pesquisadora teve a oportunidade de acompanhar as atividades dos eixos temáticos 1 – Economia da Sociobiodiversidade e 5 – Cultura e Identidade Pesqueira.

A partir do trabalho de campo e da análise dos relatórios ficou evidente o quão valioso é a realização das atividades ligadas à logística, posto que foi a partir dessas que os pesquisadores se inseriram na rotina dos participantes, sobretudo os pescadores e as pescadoras artesanais, cujo

comportamento tornou-se visivelmente mais confiante e aberto após a entrada da equipe de pesquisa nas atividades de logística.

O acolhimento oferecido aos participantes foi essencial para a qualidade das discussões durante as plenárias, uma vez que eles passaram a sentir-se mais acolhidos, tornaram-se mais abertos. Para as atividades dos eixos de trabalho essa mudança foi especialmente importante, pois ampliou a participação nas discussões e na formação de propostas – tal informação pode ser constatada no aumento no número de propostas a partir das plenárias ocorridas no Nordeste. Sem a criação desses laços, certamente o trabalho teria encontrado mais rigidez, como foi possível perceber durante a realização das duas primeiras plenárias.

O trabalho de logística foi essencial para a prática de observação participante, que prevê a integração do observador “num grupo e na vida do mesmo” (Mónico; Alferes; Castro; Pereira, 2017, p. 729). Mas não de maneira a virar um nativo, mas sim com o objetivo de observar de forma mais atenta, realizar análises superficiais para posterior refinamento e introspecção, esta última “pode não parecer objetiva, mas é um instrumento que todos os indivíduos utilizam para compreender novas situações, ganhar competências e/ou seguir as regras culturais” (Mónico; Alferes; Castro; Pereira, 2017, p. 729) para, por fim, realizar análises mais estruturadas.

Tais medidas foram essenciais para avaliar o comportamento do grupo, as disputas internas e externas, as diferenças regionais, étnicas, por gênero e idade. Colocar essa técnica à serviço dos participantes, bem como a mobilização de outros conhecimentos teóricos e metodológicos me permitiu reavaliar as possibilidades de aplicação dos conhecimentos aprendidos em sala de aula, bem como de explorar a relação entre o técnico-acadêmico e o social.

2. NO CAMINHO DA PESCA: DIÁLOGOS E DISCUSSÕES NO PLANO NACIONAL DA PESCA ARTESANAL

Antes de adentrar na análise teórica sociológica, faz-se necessário apresentar as discussões realizadas no âmbito das plenárias regionais e da plenária nacional. De modo geral, as plenárias tiveram duração de três dias. O primeiro dia de evento foi destinado à integração dos participantes, bem como à apresentação dos eixos e da metodologia que orientou os trabalhos. O segundo dia, considerado o momento central de deliberação, foi inteiramente dedicado às discussões nos sete eixos temáticos, sendo quatro desenvolvidos no turno da manhã e três no turno da tarde. O terceiro e último dia

voltou-se à exposição, ao debate e à aprovação dos destaques identificados nas propostas elaboradas ao longo dos grupos temáticos.

A participação em cada eixo era definida conforme a manifestação de interesse dos participantes. Assim, ao final do primeiro dia, cada agente podia inscrever-se no eixo temático de sua preferência. O número de integrantes em cada grupo de trabalho obedecia à proporção do total de participantes presentes em cada plenária – considerando que nem todas alcançaram o número máximo de selecionados – e ainda observava critérios de distribuição territorial, etária e de gênero. Tal arranjo buscava assegurar a heterogeneidade dos pontos de vista, bem como a natureza inclusiva e participativa dos debates.

Os sete eixos temáticos, conforme explicitado na sessão de métodos e técnicas, foram assim organizados: Eixo 1: Economia da Sociobiodiversidade Pesqueira Artesanal – Produção, Comercialização, Consumo; Eixo 2: Diálogos dos Saberes – Geração de Conhecimento, Assistência Técnica e Extensão Pesqueira, Formação e Comunicação; Eixo 3: Gestão, Ordenamento, Uso Sustentável e Conservação dos Recursos e Territórios Pesqueiros; Eixo 4: Direito aos Territórios e Conflitos Territoriais; Eixo 5: Cultura e Identidade Pesqueira Artesanal; Eixo 6: Saúde, Assistência e Previdência para Comunidades Pesqueiras Artesanais; Eixo 7: Emergência Climática e Pesca Artesanal. Tais eixos foram concebidos a partir da realidade contemporânea da pesca artesanal no Brasil, buscando abarcar tanto suas especificidades quanto seus desafios estruturais.

Com vistas a orientar os debates, foi disponibilizado aos participantes o Documento Base – Plano Nacional da Pesca Artesanal, elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Esse material continha reflexões e proposições relacionadas a cada eixo temático e foi desenvolvido em parceria com especialistas de todo o país, de distintas áreas, convidados para contribuir com subsídios técnicos capazes de esclarecer, orientar e estimular a formulação de questões pelos participantes.

Cumprido destacar que, em razão de restrições ligadas à propriedade intelectual, o referido documento não será objeto de análise neste artigo. Entretanto, é pertinente assinalar alguns acontecimentos recentes que se mostraram relevantes para a composição dos eixos e para a contextualização das discussões. A pesca artesanal e as comunidades pesqueiras têm sido historicamente marginalizadas em diferentes frentes. Como consequência, observa-se, nos últimos anos, a intensificação de problemáticas como a insuficiência de infraestrutura para o trabalho e a preservação cultural, as alterações nas legislações de pesca e ordenamento, a precarização das relações técnico-institucionais, o apagamento dos saberes e práticas tradicionais, as dificuldades de transmissão

intergeracional desses saberes, bem como a persistência de preconceitos contra a atividade, as comunidades e seus costumes. Soma-se a isso o impacto do avanço do capitalismo predatório, materializado no cercamento dos territórios e maretórios, na construção de usinas eólicas e de barragens, na introdução de espécies exóticas e na intensificação de eventos climáticos extremos, como secas e enchentes prolongadas. Todos esses fatores foram amplamente discutidos durante as plenárias e aparecem destacados no Documento Base, constituindo-se como elementos centrais para compreender os desafios contemporâneos da pesca artesanal no Brasil.

3. O LUGAR DA SOCIOLOGIA NO DEBATE PÚBLICO

Michel Burawoy, em seu célebre artigo *Por uma Sociologia Pública* (2006), estabeleceu uma importante distinção entre quatro tipos de sociologia: a profissional, a crítica e a política, para, então, chegar à definição do que seria a sociologia pública. Sua insistência em delimitar este conceito não é em vão, uma vez que a sociologia pública é comumente confundida com as outras matrizes sociológicas.

Segundo Burawoy (2006), existem diversas sociologias públicas, mas essas podem ser divididas em duas categorias – a sociologia pública tradicional e a sociologia pública orgânica. No primeiro caso, “nós podemos localizar sociólogos que escrevem nas páginas de opinião dos nossos jornais nacionais onde eles comentam questões de importância pública” (Burawoy, 2006, p. 14). Enquanto na *sociologia pública orgânica* “o sociólogo trabalha em estreita conexão com um público visível, numeroso, ativo, local e frequentemente um contra público” (Burawoy, 2006, p. 15). Em tese, toda a sociologia torna-se orgânica, uma vez que está constantemente em amplo diálogo com diferentes grupos, no entanto, o que Burawoy busca destacar é a relação na qual a sociologia pública se propõe: “tornar visível o que é invisível e validar essas conexões orgânicas como parte de nossas vidas sociológicas” (Burawoy, 2006, p. 15).

Este é, sem dúvida, um papel desafiador. A sociologia encontra-se atravessada por dilemas internos e externos. Por um lado, permanecem as discussões acerca dos métodos e técnicas, bem como da atualidade do cânone sociológico – se é que há um – e do outro, existe uma latente disputa nos debates públicos. Teria a sociologia como campo perdido a legitimidade que tanto sonhou construir? Todas essas discussões não estão alheias umas às outras. Os dilemas endógenos que tangenciam o campo sociológico o impedem, por variadas vezes, de estabelecer relação com o extra-acadêmico. Ou pior, a tratar as práticas e relações sociais como objetos reificados, homogêneos, de pouca relevância. Presos nos acalorados debates internos, há quem deixe pouco espaço para a

construção com o social. Na outra ponta, especialmente no caso brasileiro, os últimos anos foram especialmente difíceis para o trato sociológico, que tem perdido espaço na arena pública, ameaçado pelo avanço da agenda neoliberal conservadora, que tem como um dos pilares a negação do pensamento crítico. Neste sentido, nunca se fez tão necessária a retomada da sociologia pública defendida por Burawoy como um meio de revitalizar o próprio campo e as práticas sociológicas.

Entretanto, essa revitalização não pode ocorrer sem as devidas análises internas do campo científico enquanto detentor de poder. Nessa trajetória, Pierre Bourdieu é quem oferece importantes contribuições acerca do campo acadêmico ao problematizar a atividade do cientista social. Bourdieu destaca o papel da ciência na tarefa de reconhecimento e classificação dos fenômenos, isto é, a ciência social classifica para reconhecer (Bourdieu, 1989). As classificações, por sua vez, “estão sempre subordinadas a *funções práticas* e orientadas para a produção de efeitos sociais” (Bourdieu, 1989, p. 112). O que, por sua vez, impõe uma dupla responsabilidade ao trabalho científico sociológico: para com os seus axiomas e com o seu público.

Não basta então sugerir a exposição dos temas e métodos de pesquisa. Ter a sociologia pública como prática “supõe esse tipo de vínculo com os diferentes públicos criados, associados, suportados ou estimulados por ela: liame essencialmente solidário estabelecido sobre o terreno da centralidade axiológica do conhecimento dos subalternos” (Braga; Santana, 2009, p. 225). Dito de outro modo, o pressuposto seria unir comunidades e conhecimentos técnicos através de uma troca dialógica. “A comunidade define uma questão – habitação popular, poluição ambiental, doenças, renda mínima, educação, etc – e então trabalha em conjunto como um grupo multidisciplinar para formular e moldar métodos” (Burawoy, 2006, p. 41).

A proposta de Burawoy quanto aos rumos que a prática sociológica deveria tomar recebeu atenção de diferentes autores. Alain Touraine aceitou-a em partes, defendendo que a penetração da sociologia nos espaços públicos deveria ter como premissa a defesa de direitos, posto que “a sociologia não pode ser definida sem a explícita referência a “direitos” que resistam a todas as formas de dominação e de exploração” (Touraine, 2009, p. 248).

Tanto a perspectiva apresentada por Michel Burawoy, quanto a de Alain Touraine, faz sentido para o trabalho a ser exposto aqui. O Plano Nacional da Pesca Artesanal foi pensado para ser construído com a participação aberta e inclusiva com os pescadores e pescadoras artesanais, os principais interessados neste processo de reivindicação por direitos. A participação da equipe de trabalho multidisciplinar no processo aconteceu de forma auxiliar, atuando para não interferir no protagonismo das comunidades. Mas este trabalho só foi possível devido a compreensão simbólica

que a equipe técnica detinha da importância das discussões e do seu lugar nela enquanto equipe técnica de suporte.

Um dos pressupostos que guiaram o trabalho da equipe era de prestar auxílio aos participantes para que estes sentissem a liberdade de posicionar-se conforme o desejado diante dos assuntos debatidos, com os profissionais técnicos garantindo o respeito e a voz, posto que, por várias vezes, surgiram desencontros de opiniões. Esta missão foi proposta com a compreensão de que era preciso colocar as habilidades técnicas, epistemológicas e metodológicas à disposição, para serem acionadas conforme o andamento das intervenções, e na proporção destas, sem tomar o lugar das comunidades pesqueiras artesanais, processo muito pertinente a ideia de uma sociologia pública.

4. A SOCIOLOGIA A SERVIÇO DO PÚBLICO: O CASO DO PLANO NACIONAL DA PESCA ARTESANAL

4.1 O nascimento do Plano Nacional da Pesca Artesanal

Em 2016, em meio às acusações de má gestão do Estado e do dinheiro público, buscando conter as ingerências, a ex-presidenta Dilma Rousseff extinguiu o Ministério da Pesca, reduzindo-o ao *status* de secretaria, passando a integrar o Ministério da Agricultura. A decisão foi justificada com base nas denúncias de fraude na concessão do defeso – auxílio pago aos pescadores artesanais em período de pausa na atividade, devido a reprodução dos peixes e crustáceos. Era, também, uma oportunidade de cortar custos, o que agradava a opinião pública da época que acusava a presidência de promover o inchaço das contas públicas.

O encerramento das atividades do Ministério foi visto com preocupação pelo setor pesqueiro, especialmente entre às comunidades pesqueiras artesanais. O Brasil, país de proporções continentais, é composto por uma extensa faixa litorânea, com variada capacidade de produção de pescados – de origem industrial ou artesanal. Há, ainda, uma vasta composição de águas interioranas contribuindo para a diversificação do consumo de pescados. Mais do que isso, toda essa abundância produziu uma incrível diversidade de comunidades, cada qual com seus hábitos alimentares, de trabalho, com práticas, credos, festas, saberes e sabores diferentes entre si.

Os anos que se seguiram foram igualmente tortuosos, com a permanência da temática pesqueira como uma pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante os anos de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesse período, sobressaíram as cobranças realizadas pelas comunidades pesqueiras artesanais, que se queixavam quanto ao sucateamento de políticas voltadas para esse público.

O panorama apenas veio a ser modificado em 2022, após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. Ainda na fase de transição de governo, entre os diversos grupos de trabalho criados, destaca-se o Grupo de Trabalho para Pesca, composto por diversos atuantes da área, incluindo o Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco Cristiano Ramalho, que futuramente viria a assumir a inédita Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. A criação da secretaria, e a indicação de Cristiano para a posição de secretário, fazem parte de um compromisso do governo do Presidente para com as comunidades tradicionais, e mais do que isso, demonstra a força de luta dos povos pesqueiros artesanais.

Entre as ações da secretaria, que vale ressaltar estas têm, acima de tudo, grande caráter de reconstrução frente aos eventos dos últimos anos, a exemplo do derramamento de óleo na costa brasileira, a pandemia de COVID-19, que impactaram fortemente tais comunidades, além do descaso a essa parcela promovida pelo ex-presidente, destaca-se o Projeto de Iniciação Científica Jovens da Pesca Artesanal, o Programa Povos da Pesca Artesanal, e a construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal. Todos esses com grande participação dos povos da pesca artesanal.

O Plano Nacional da Pesca Artesanal, especialmente, destaca-se em meio a construção de políticas públicas pelo seu caráter aberto, livre e participativo. Ao promover um intercâmbio cultural para o debate e a formulação de propostas, o PNPArt. representa um grande avanço na integração do Estado brasileiro e do seu povo.

Para execução desse projeto a Universidade Federal de Pernambuco foi convidada para integrar a equipe técnica, de forma que um grupo de pesquisadores ligados a este pudesse auxiliar na montagem das plenárias, na organização logística das mesmas e conduzir os eventos, com o intermédio de uma equipe de pesquisadores. Frente a tais objetivos, foi organizada uma equipe multidisciplinar, composta por 19 profissionais – sendo nove deles sociólogos.

4.2 Contribuições da sociologia pública para a construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal

As análises que se seguem foram baseadas no meu percurso enquanto integrante da equipe de pesquisa, que acompanhou as sete plenárias regionais e a plenária nacional do Plano Nacional da Pesca Artesanal. Há duas dimensões que merecem ser analisadas acerca do trabalho realizado. A primeira diz respeito ao cumprimento do trabalho contratado, isto é, como pesquisadora, convidada a acompanhar as discussões, realizar relatórios e auxiliar nas atividades pertinentes, garantindo o sucesso das plenárias.

A segunda dimensão, no entanto, não está contratualmente prevista e diz respeito ao valor simbólico conferido pela equipe aos encontros e as discussões realizadas – não sendo de monopólio da sociologia essa capacidade de validação, ainda que o trabalho como socióloga seja o principal foco da análise feita aqui. Ainda, também, que a universidade não tenha sido contratada para realizar um diagnóstico científico, mas sim para auxiliar nas discussões, não se pode desarticular o texto do contexto, isto é, não há como dissociar o trabalho feito pela universidade longe das implicações do campo científico.

A sociologia desempenhou um papel relevante de retradução das pautas e interesses dessas comunidades, afetadas por anos de deslegitimação no espaço político. Ao intermediar as discussões, os profissionais presentes cederam os seus respectivos capitais culturais para legitimar as propostas dos pescadores e das pescadoras artesanais, um trabalho possível tendo em vista que capital cultural é também capital simbólico. Conforme nos esclarece Bourdieu (2002, p. 26)

O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico.

Destarte, em posse desse conhecimento do reconhecimento, o trabalho empreendido junto ao Plano Nacional da Pesca Artesanal assume uma responsabilidade ainda maior. Não se trata apenas do mero ato de tomar nota do que está sendo discutido, mas de garantir que todo o trabalho dos pescadores artesanais tenha sido devidamente ouvido e relatado; de conceder espaço e tornar o ambiente confortável para diferentes considerações, posto que, cada plenária reuniu integrantes de diferentes estados e comunidades. A articulação do plano exigiu da equipe o meticuloso trabalho de escuta, respeito, atenção e conquista de confiança de uma parcela da população que teve o seu conhecimento historicamente descartado e desconsiderado pelo meio acadêmico, o que levanta questionamentos acerca dos limites de atuação da academia e dos profissionais da sociologia.

É certamente um enorme desafio transpassar segurança às diferentes comunidades que os seus problemas, desejos, expectativas, os saberes e os costumes serão tratados com fidelidade e respeito.

Para além disso, há os desafios decorrentes da minha formação posto que, ainda que a graduação em ciências sociais tenha abordado diferentes comunidades tradicionais, seria uma tarefa impossível percorrer todas elas. Um país com proporções continentais como o Brasil, possui uma imensa variedade de atividades pesqueiras artesanais, de costumes, saberes, sabores, práticas,

petrechos, festas e manifestações religiosas, o que exigiu dos profissionais da equipe técnica do plano uma postura aberta, como alunos dispostos a desbravar novos mundos.

Mais do que isso, a sala de aula não dá conta dos trâmites burocráticos logísticos exigidos. Arrisco a dizer que esse conhecimento é subvalorizado. Mas então, como criar critérios de seleção de participantes? Como conciliar diferenças regionais, de gênero, de idade, políticas e culturais na prática? Eu não estive descrevendo esses participantes, mas os ouvindo, comendo com eles, dividindo conversas, ouvindo suas queixas, seus pedidos, suas histórias, suas músicas. Dancei suas músicas, compartilhei ideais e dividi o cansaço – todas essas questões exigem mais do que um amparo teórico e metodológico, mas também uma formação pública, profissional, administrativa e comprometida.

A oportunidade de construção do Plano escancarou mazelas profundas do país. Revelou as diferenças quase abissal entre a pesca artesanal e a industrial. Tornou claro as disputas entre estados, entre regiões, entre denominações representativas. Mas também evidenciou quão organizados esses homens e mulheres conseguem ser, tão generosos em discutir e nos ensinar seus conhecimentos, costumes e saberes. Quão atenciosos e minuciosos são, e quão atentos às suas realidades. Sem vergonha de defender seu ofício, reivindicavam junto a diferentes figuras políticas os reconhecimentos das comunidades pesqueiras artesanais como importantes para geração econômica e de proteção ambiental.

A garra desses homens e mulheres têm muito a ensinar à academia. Demonstrem a como defender seus direitos, a equilibrar suas diferenças e articular suas prioridades. Às Ciências Sociais, ressaltam a necessidade de transposição dos muros acadêmicos. Não basta teorizar sobre as comunidades tradicionais, é preciso ouvir, se predispor a ser ensinado. A magnitude das comunidades pesqueiras artesanais exige da sociologia conhecimentos transversais para o seu acompanhamento. Defender seus direitos é caminhar junto a elas, aprender com elas, reconhecer o privilégio simbólico a acadêmico e usá-lo como suporte, não como meio de sobrepujar saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São consideráveis os desafios em analisar políticas públicas em suas fases iniciais, quando os seus resultados ainda não são quantificáveis. Neste trabalho, guardada às devidas proporções, estivemos analisando o trabalho desempenhado para a construção de uma política pública.

O trabalho encontra-se em sua fase final, estando a escrita do presente texto nas vésperas da realização da plenária final, momento de exposição dos principais desafios e de consolidação das

propostas formuladas pelos participantes das plenárias. Trabalho realizado com o protagonismo dos pescadores e pescadoras artesanais, na qual estes puderam expor suas especificidades, dialogar e construir propostas coletivas, afinal, o Plano deve atender a todo o Estado brasileiro.

Diante desse panorama, foi uma oportunidade positiva a mediação da academia como uma colaboradora, não como figura de autoridade – ainda que essa posição tenha sido assumida em diversas ocasiões a fim de manter a logística das plenárias. A Universidade Federal de Pernambuco esteve presente como parceira dessas comunidades, o que contribuiu para a desconstrução negativa das imagens que alguns participantes ocasionalmente tiveram da interferência e interesse acadêmico.

No mais, a participação na construção do plano serviu como sala de aula para os participantes da equipe de pesquisa, seja no aprendizado acerca dessas comunidades, no refinamento das técnicas e métodos de pesquisa, seja na apreensão e capacitação de qualificação em trabalhos corporativos, de logística e relatoria, aspectos subvalorizados durante às formações em ciências sociais.

REFERÊNCIAS

- AGROLINK. Ministério da Pesca e Aquicultura é extinto e Pasta da Agricultura incorpora demandas do setor. Agrolink, 5 out. 2015. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/ministerio-da-pesca-e-extinto-e-pasta-da-agricultura-incorpora-demandas-do-setor_223859.html. Acesso em: 31 ago. 2025.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Unesp, 2002.
- BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia pública: engajamento e crítica social em debate. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 56, p. 223–232, maio–ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/FMwMYG8N8fSk3HxVtFgWpcq/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. *Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 25. p. 9-50. 2006. Disponível em: <http://burawoy.berkeley.edu/ps/translations/brazil/asa.portuguese.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- Gil, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: ed. Atlas S. A., 2002.
- MÓNICO, Lisete S.; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: Congresso Ibero-Americano em Investigación Cualitativa em Ciências Sociais, 6., 2017, Salamanca. *Anais... Coimbra*, v. 3, p. 724–733, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318702823_A_Observacao_Participante_enquanto_metodologia_de_investigacao_qualitativa. Acesso em: 31 ago. 2025.

SPAUTZ, Dagmara. Bolsonaro retira Ministério do Meio Ambiente da gestão da pesca. NSC Total, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/bolsonaro-retira-ministerio-do-meio-ambiente-da-gestao-da-pesca>. Acesso em: 31 ago. 2025.

TOURAINÉ, Alain. A sociologia pública e o fim da sociedade. *Caderno de Registro, Avaliação, Políticas Públicas e História da Educação (Caderno CRH)*, Salvador, v. 22, n. 56, p. 245 – 254, maio–ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/q66RcpyKBKYKN9hMLRGW6KF/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Contrato de Prestação de Serviço FADE/UFPE - CONTRATO N° 02/2024. Recife, 2024.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Além disso, o presente trabalho também foi possível graças ao apoio do Ministério da Pesca Artesanal e da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Autora 1: Writing-Original Draft.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER: Bacharela Ciências Sociais – Universidade Federal de Pernambuco (UFRPE), Mestra em Sociologia pela Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutoranda em Sociologia – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.